

EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL: uma análise sob a ótica dos setores econômicos

ACCOUNTING CONSERVATISM IN BRAZILIAN COMPANIES FOLLOWING THE ADOPTION OF IFRS UNDER THE ARRANGEMENT OF THE ECONOMY SECTORS

*Anderson Roberto Pires Silva**

*Edilson Paulo***

*José Dionísio Gomes da Silva****

RESUMO

O conservadorismo contábil e o processo de adoção do padrão internacional de contabilidade têm sido analisados em diversos estudos sobre a qualidade da informação contábil, entretanto, não existe uma preocupação sobre como as características dos setores da economia podem afetar os números contábeis, ou seja, avaliar se as características específicas dos setores influenciam o nível de conservadorismo contábil nas empresas. Sendo assim, o objetivo deste estudo delinea-se no sentido de investigar se a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) afetaram o nível de conservadorismo contábil de forma diferenciada entre os setores econômicos, nos quais as companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa pertencem. Para isso, foi utilizado o modelo de Ball & Shivakumar (2005), que foi adaptado no sentido de acomodar os seis setores em estudo (Construção Civil, Siderurgia e Metalurgia, Comércio, Alimentos e Bebidas, Setor Têxtil e Energia Elétrica), permitindo a análise do conservadorismo dentro de cada setor, utilizando o máximo de informações. Os resultados indicam que não houve evidências de reconhecimento oportuno das perdas no período antes da adoção das IFRS (2006-2007), em nenhum dos setores analisados. No período de transição (2008-2009) e pós adoção das IFRS (2010-2013), apenas as empresas do setor de alimentos e bebidas sinalizaram a existência de reconhecimento oportuno das perdas, ou seja, presença de conservadorismo. Esse resultado confirma apenas em parte a hipótese de que a adoção do padrão IFRS afetou diferentemente o nível de conservadorismo dos resultados contábeis reportados pelas companhias nos diversos setores da economia.

Palavras-chave: Conservadorismo contábil. Padrão internacional de contabilidade. Setores da economia.

Manuscript first received / Recebido em: 09/03/2016 / Manuscript accepted / Aprovado em: 27/07/2016

* Doutor em Contabilidade. Professor Adjunto I da Universidade Federal do Pará. Vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e à Faculdade de Ciências Contábeis (FACICON). E-mail: andersonpires@hotmail.com

** Doutor em Contabilidade. Professor adjunto III do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: e.paulo@uol.com.br

*** Doutor em Contabilidade. Professor associado III do Departamento de Contabilidade da UFRN. E-mail: dionisio@ufnet.br

ABSTRACT

The accounting conservatism and the process of adoption of international accounting standard have been analyzed in several studies on the quality of accounting information, however there is no concern about how the characteristics of the sectors of the economy may affect the accounting numbers, ie assess whether the specific characteristics of sectors influence the level of accounting conservatism in companies. Thus, the aim of this study delineates to investigate the adoption of international accounting standards (IFRS) affected the level of accounting conservatism differently among the economic sectors in which Brazilian companies listed on the BM&FBovespa belong. For this, we used the model Ball and Shivakumar (2005), which was adapted in order to accommodate the six sectors studied (Civil Construction, Steel & Metallurgy, Trade, Food & Drink, Textile Sector and Energy), allowing conservatism analysis within each sector, using as much information. The results indicate that there was no evidence of timely recognition of losses in the period before the adoption of IFRS (2006-2007), in any of the sectors analyzed. During the transition period (2008-2009) and after the adoption of IFRS (2010-2013), only the companies in the Food & Drink Sector signaled the existence of timely recognition of losses, ie presence of conservatism. This result confirms only partially the hypothesis that the adoption of IFRS has affected differently conservatism level of financial results reported by companies in the various sectors of the economy.

Keywords: *accounting conservatism; international accounting standards; sectors of the economy.*

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei nº 6.404/76 é apontada como o primeiro passo do Brasil rumo à geração de informação ao usuário externo, em especial, aos credores e investidores, e à própria harmonização às normas internacionais (MARTINS, 2012; COSTA, 2012; MARTINS *et al*, 2014). O fato dessa lei possuir características baseadas no modelo norte-americano, fez com que a contabilidade adotada no Brasil, em termos de qualidade da informação, naquela época, ficasse à frente de países como Alemanha, França e Itália (MARTINS, 2012). No entanto, algumas características específicas como o próprio sistema legal do país e a forte influência do governo na economia, fizeram com que a contabilidade não acompanhasse as demandas de seus usuários.

A partir do final de 2007, com a promulgação da Lei nº 11.638, o Brasil iniciou a adoção do padrão internacional de contabilidade, o qual propõe alterações nos princípios contábeis com objetivo de introduzir melhor qualidade aos relatórios financeiros tendo como alvo o usuário da informação, em especial, o investidor. Barth, Landsman & Lang (2008) argumentam que as firmas que adotam as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) possuem menor nível de gerenciamento de resultados, maior reconhecimento oportuno de perdas e maior *value relevance* dos lucros contábeis.

Martins *et al* (2014), fazem referências às mudanças na mensuração de instrumentos financeiros, ativos intangíveis, mudanças na avaliação de investimentos societários, extinção da reavaliação, mudanças na contabilização nos contratos de *leasing*, entre outras. Essas mudanças provocam impactos diretos em diversas características qualitativas da informação contábil como na confiabilidade e na neutralidade.

Por estar diretamente relacionado à confiabilidade e à neutralidade, o conservadorismo contábil, que é um dos atributos utilizados em pesquisas recentes para mensurar a qualidade da informação contábil (MARTINS *et al*, 2014; SANTOS *et al*, 2011; BARTH *et al*, 2008), será foco deste estudo.

Nesse sentido, nos últimos anos, no Brasil, observa-se a realização de pesquisas (SANTOS *et al.*, 2011; BRAGA, 2011; CARTER; GIRÃO; SOUSA, 2013; SILVA, 2013; MARTINEZ; ALVES, 2013; MARTINS *et al.*, 2014) que relacionam a qualidade da informação contábil, o conservadorismo contábil e a adoção do padrão internacional de contabilidade.

Silva (2013) evidenciou que após a adoção completa das IFRS houve um aumento no nível de conservadorismo nos resultados reportados pelas empresas pesquisadas. Já Martins *et al.* (2014) ressaltam que o conservadorismo das empresas estudadas por eles diminuiu ao longo do processo de convergência.

No entanto, os estudos de Santos *et al.* (2011), Braga (2011) e Martinez & Alves (2013) não encontraram efeitos no nível de conservadorismo das empresas após adoção das novas normas, sendo que estes últimos também não encontraram diferenças entre companhias abertas e fechadas.

Paulo *et al.* (2013) analisaram os possíveis efeitos da adoção das IFRS nos diversos atributos da qualidade das informações contábeis no Brasil e na Europa, dentre eles, o conservadorismo dos resultados contábeis. Os autores verificaram que não houve mudanças significativas no comportamento conservador dos números contábeis no Brasil e nos países europeus (Alemanha, França, Itália e Reino Unido), bem como não existe diferença no conservadorismo entre os países analisados. Portanto, verifica-se resultados divergentes nas pesquisas realizadas no âmbito brasileiro.

Paulo (2007) considera que as falhas de mensuração contábil são ocasionadas pelas características idiossincráticas das firmas e pela complexidade das transações e eventos econômicos. Assim, empresas em setores distintos devem gerar relatórios contábeis com qualidade informacional diferentes, afetando consequentemente a utilidade da informação contábil para os usuários. Adicionalmente, Barcellos, Silva & Costa Júnior (2012) e Santiago, Cavalcante & Paulo (2015) ressaltam que torna-se oportuno a análise do comportamento dos números contábeis em cada setor quando da adoção de novas normas contábeis, devido as idiossincrasias existentes em cada atividade econômica.

Portanto, partindo-se da premissa de que as idiossincrasias de cada setor econômico podem influenciar o nível de conservadorismo dos números contábeis de forma diferencial e; que as alterações dos procedimentos contábeis provocadas pela adoção das IFRS tiveram níveis de adequação distintos entre setores econômicos; delineou-se a questão de pesquisa: A adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) afetou o nível de conservadorismo dos números contábeis entre setores econômicos?

A presente pesquisa se justifica pela tentativa de extensão dos estudos já realizados com foco na qualidade da informação contábil, levando em consideração o conservadorismo contábil, a adoção das IFRS e a análise por setor econômico, buscando investigar se a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) afetaram o nível de conservadorismo contábil de forma diferenciada entre os setores econômicos, nos quais as companhias brasileiras listadas na BM&F Bovespa pertencem.

Ressalta-se que os estudos anteriores envolvendo a relação entre conservadorismo contábil e adoção das IFRS podem ter ocultado a abordagem referente aos setores da economia de forma mais específica, o que caracteriza a originalidade deste estudo. Além dessa seção introdutória, o presente artigo apresenta mais quatro: referencial teórico, procedimentos metodológicos, apresentação e análise dos resultados e, por fim, considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS)

Antes de adentrar no processo de convergência das práticas contábeis brasileiras ao padrão internacional, faz-se necessário um recorte das contribuições trazidas pela Lei 6.404/76

conhecida como Lei das S/A, dentre as quais destacam: a extinção das contas de compensação do balanço e respectiva criação do Patrimônio Líquido; criação do Ativo e subgrupos, assim como, do Passivo e subgrupos; a Demonstração do Resultado e a de Lucros ou Prejuízos Acumulados foram separadas e dispostas na forma dedutiva, as vendas se transformaram em item obrigatoriamente divulgável. Além disso, os investimentos societários relevantes passaram a ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial e fortaleceu-se o uso do regime de competência; as companhias abertas foram obrigadas a divulgar demonstrações contábeis consolidadas; adotou-se o modelo de correção monetária simplificado, com a constante atualização do Ativo Permanente e das contas do Patrimônio Líquido, eliminando-se com isso os efeitos da inflação do resultado líquido do período e o lucro líquido passou a representar apenas o montante de crescimento real (além da inflação) do Patrimônio Líquido (MARTINS, 2012).

Martins (2012) ainda ressalta que algumas dessas ações trazidas pela Lei nº 6.404/76 eram adotadas, na época, apenas pelas companhias dos Estados Unidos da América (EUA) e Inglaterra, sendo que outros países da Europa passaram a adotá-las 20 anos depois ou mais.

Apesar das dificuldades de implementação da Lei nº 6.404/76, considera-se ainda que ela provocou uma enorme revolução na contabilidade do Brasil. No entanto, o sistema legal do país, baseado nas características *code law* com forte influência do governo nas decisões econômicas (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000) e a estrutura de financiamento do país baseada no mercado de crédito de instituições financeiras e no crédito governamental (FARIAS; FARIAS, 2012), fizeram com que a contabilidade brasileira passasse por um longo período direcionada quase que exclusivamente para a tributação (interesse do governo) e para os credores (bancos).

Anos mais tarde, a globalização dos mercados, passa a exigir uma contabilidade mais harmônica e que possibilite a compreensão e comparabilidade dos relatórios contábeis por diversos usuários em todas as partes do mundo (LOPES, 2012). Decker Jr. & Brunner (2003) comentam que o processo de harmonização objetiva oferecer tratamentos semelhantes para as transações por empresas diferentes em países diferentes. Conforme Niyama (2010), o que existia, na prática, era uma contabilidade específica de cada país com critérios próprios e diferentes de reconhecer e mensurar cada transação, o que encarecia a geração de informação e ainda prejudicava o processo de globalização da economia.

Nesse sentido, desde 2005, com o objetivo de desenvolver a harmonização das práticas contábeis ao redor do mundo, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB) vêm sendo adotadas por vários países (Santos *et al.* 2011).

Costa (2012) destaca como principais benefícios da adoção das IFRS, a melhora na qualidade da informação contábil; maior retorno financeiro visto que o mercado de capitais reconhecerá a maior transparência e melhor comparabilidade das informações financeiras; a essência econômica das transações passa a ser mais importante que a forma jurídica das mesmas e a redução da influência da legislação fiscal sobre os relatórios contábeis.

Corroborando essa ideia, Niyama (2010) comenta que as empresas de países emergentes como o Brasil que estão em busca de recursos externos, terão maiores possibilidades de captação através de investidores. Já as empresas multinacionais terão uma redução de custos para gerenciar seus sistemas contábeis pela redução das divergências de critérios contábeis, assim como, as empresas de auditoria que também se beneficiarão pela redução de custos em seus processos de auditoria.

A experiência brasileira no processo de convergência da contabilidade para as normas internacionais se dá em dois momentos temporais distintos. O primeiro ocorre no final de 2007 com a promulgação da Lei nº 11.638 que alterou a Lei nº 6.404/76, essa nova lei é apontada como o marco inicial da adoção do padrão IFRS no Brasil, que vai de 2008 a 2009, nesse período as demonstrações contábeis brasileiras passaram a atender parcialmente as IFRS. O segundo momento, chamado de

adoção completa, ocorre a partir de 2010. Em tese, com a adoção completa, o Brasil seria o primeiro país a ter os balanços consolidados e individuais de todas as empresas, incluindo as de pequeno e médio porte, publicados de acordo com as normas internacionais de contabilidade (COSTA, 2012; SILVA, 2013; MARTINS *et al.* 2014).

Dentre os diversos papéis da harmonização da contabilidade internacional, no caso do Brasil, destaca-se a redução da influência das normas tributárias. Outro contexto que merece destaque é quanto a relação entre padrão contábil e conservadorismo, pois desde que o processo de harmonização da contabilidade teve início ao redor do mundo, iniciaram-se as pesquisas sobre o impacto que esse processo de harmonização poderia causar nas práticas conservadoras, uma vez que, a esse processo além de permitirem a harmonização das normas e práticas contábeis adotadas nacionalmente às normas internacionais, provocaram um impacto sistemático na qualidade da informação contábil (SANTOS *et al.* 2011; MARTINS *et al.* 2014).

Hellman (2008) ao investigar o conservadorismo contábil em IFRS constatou que as normas do IASB não se referem explicitamente à aplicação do princípio do conservadorismo, porque ele não se encaixa naturalmente na estrutura teórica das IFRS. No entanto, o conservadorismo não desaparecerá pelo fato de não ser enfatizado nas normas, mesmo porque, onde há incerteza, certamente haverá conservadorismo, e os órgãos normatizadores como IASB e FASB não deixarão de dar um tratamento, mesmo que de forma indireta, para esse fato. Além disso, o conservadorismo, atualmente, faz parte da cultura de muitos profissionais contábeis em todo o mundo e, quando da implantação das IFRS, o conservadorismo pode desempenhar um papel maior do que o inicialmente presumido pelos organismos de normalização.

2.2 Conservadorismo Contábil

Diversos estudos (BASU, 1997; BALL *et al.*, 2000; WATTS, 2003; BALL ; SHIVAKUMAR, 2005), em linhas gerais, conceituam o conservadorismo como reconhecimento enviesado das más notícias, ou seja, a contabilidade apresenta maior tendência em reconhecer perdas ao invés de ganhos. Basu (1997) relata que haveria uma espécie de demanda para esse tipo de comportamento, devido à assimetria informacional existente entre as partes contratuais da firma. Dessa forma, Paulo, Antunes & Formigoni (2008) argumentam que quando há reconhecimento simétrico das boas e más notícias ou quando as boas notícias são reconhecidas mais rapidamente do que as más notícias, não existe o conservadorismo.

Basu (1997) complementa, ao declarar que o conservadorismo é um requerimento de verificação assimétrica para ganhos e perdas, que, quanto maior a diferença no grau de verificação requerido para ganhos *versus* perdas, maior o grau de conservadorismo. Em outras palavras, o lucro contábil reflete as más notícias em uma base mais oportuna que as boas notícias.

Nesse sentido, em seu estudo, Paulo *et al.* (2008) afirmam que o conservadorismo pode ser considerado uma das principais características da qualidade das informações contábeis, porém de natureza subjetiva. Para Lopes (2002, p. 42) “a ideia geral do conservadorismo é fornecer informações mais confiáveis aos investidores por meio de demonstrações que não sejam excessivamente otimistas”.

Hendriksen & Van Breda (2012) comentam alguns argumentos que justificam a prática conservadora, tais como, a tendência do contador para o pessimismo é considerada necessária para contrabalancear o excesso de otimismo dos administradores e proprietários; a superestimação de lucros e avaliação é mais perigosa para a empresa e seus proprietários do que a subestimação, ou seja, as consequências de perdas ou falências são mais graves do que as consequências de ganhos; e a pressuposição de que as penalidades de divulgação são maiores do que as penalidades de não divulgação faz com que a prática da prudência seja aceitável.

No entanto, dependendo do que se objetiva, o conservadorismo pode ser sinônimo de qualidade ou não qualidade da informação contábil, assim, sua aplicação sofre algumas críticas como as de Kam apud Santos *et al.* (2011), tais como, o conservadorismo faz o viés sistemático nas informações contábeis divulgadas o que impossibilita uma avaliação da realidade da firma que está sendo reportada afetando a confiabilidade e a neutralidade da informação; o conservadorismo torna os procedimentos contábeis utilizados pela firma inconsistentes na medição do lucro, pois quando da subavaliação do ativo, no futuro haverá uma superavaliação do lucro quando o ativo for utilizado ou vendido; o conservadorismo coloca o investidor em condições de desvantagem e proporciona vantagem oportunista aos *insiders*, pois, mesmo sabendo da existência da prática conservadora, fica difícil para o investidor definir o montante da subavaliação de um ativo.

Nesse sentido, Hendriksen & Van Breda (2012 p. 106) relatam que “o conservadorismo é, na melhor das hipóteses, um método muito pobre para lidar com a existência de incerteza na avaliação de ativos e passivos e na mensuração de lucro”. Os autores ainda acrescentam destacando que, “a subestimação deliberada pode conduzir tão frequentemente a decisões incorretas quanto a superestimação”.

Paulo (2007) e Paulo *et al.* (2008) relatam exemplos de práticas conservadoras, tais como, a mensuração baseada no custo não reconhece o incremento de valor, mas as normas requerem *impairment* no caso de declínio (conceito de custo ou mercado, dos dois o menor); o não reconhecimento de muitos ativos intangíveis e, se reconhecidos, sua avaliação é feita pelos mesmos critérios de mensuração e evidenciação dos ativos tangíveis e não pelos seus potenciais benefícios futuros; o registro das perdas esperadas quando elas se tornam conhecidas, enquanto os ganhos não são reconhecidos enquanto não forem realizados e; atribuição de maior peso às estimativas de perdas nos casos de dúvida.

Ramalingegowda & Yu (2012) forneceram evidências diretas que as instituições de monitoramento são uma importante classe de investidores que exige conservadorismo como um dispositivo de governança. Esses resultados corroboram a suposição de que as características institucionais afetam o conservadorismo das firmas.

Watts (2003) relata que o conservadorismo tem ligação direta com as relações contratuais entre as empresas e seus credores, com intenção de proporcionar garantias mínimas para o cumprimento das obrigações. Watts (2003) também evidencia a forte influência que o conservadorismo exerce no campo da tributação, pois as empresas lucrativas podem reduzir o desembolso tributário por meio do diferimento das receitas e aceleração das despesas. Shackelford & Shevlin (2001) explicam que um maior vínculo da tributação com os relatórios contábeis torna a contabilidade mais conservadora.

Ball & Shivakumar (2005) e Paulo *et al.* (2008) realizaram estudos sobre a presença de conservadorismo contábil no contexto das companhias abertas e fechadas, nas empresas britânicas e nas empresas brasileiras, respectivamente. Eles encontraram evidências de que as companhias fechadas apresentam menor probabilidade de reconhecimento oportuno das perdas e, por isso, possuem menor nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis em relação às companhias abertas, em ambos os mercados.

Barth *et al.* (2008) e Hellman (2008) evidenciaram que as informações divulgadas pelas empresas que adotaram as IFRS apresentam menor gerenciamento de resultados, melhor tempestividade no reconhecimento de perdas, informações mais relevantes, compreensíveis, mais fidedignas e comparáveis, especificamente do lucro contábil.

Por outro lado, Paulo *et al.* (2013) analisaram se a adoção das IFRS no Brasil e na Europa afetou os atributos da qualidade da informação contábil: persistência, conservadorismo e gerenciamento de resultados. Utilizando uma amostra composta pelas companhias abertas brasileiras, alemãs, francesas, italianas e britânicas, no período de 2000 a 2011; os autores evidenciaram que os comportamentos

dessas dimensões da qualidade da informação contábil não sofreram mudanças significativas com a adoção das IFRS.

Martinez & Alves (2013) também desenvolveram um estudo sobre conservadorismo e adoção das IFRS, no contexto das companhias abertas e fechadas, sendo que eles evidenciaram não haver alterações no grau de conservadorismo entre as companhias abertas e fechadas após a adoção das IFRS.

Corroborando os achados de Barth *et al.* (2008) e Hellman (2008), Martins *et al.* (2014) evidenciaram que o conservadorismo das empresas diminuiu ao longo do processo de convergência e que, a relevância das informações contábeis melhorou com a adoção das IFRS. Nesse mesmo sentido, Filipin, Teixeira, Bezerra & Cunha (2012) concluíram que o lucro contábil apurado em demonstrações contábeis preparadas em IFRS incorpora mais significativamente o retorno econômico que em GAAP brasileiro e que o nível de conservadorismo é menor em demonstrações contábeis elaboradas em IFRS.

No entanto, outras pesquisas nacionais como a de Braga (2011) sugerem que a adoção do padrão IFRS não necessariamente aumenta a qualidade das informações contábeis divulgadas no mercado brasileiro. Por fim, Santos *et al.* (2011) evidenciaram que após a vigência da Lei nº 11.638/07 não houve efeito no grau de conservadorismo existente nas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA.

Quanto a qualidade da informação contábil, estudos nacionais como o de Lima (2010), que investigou a relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil e, o de Braga (2011) que avaliou os efeitos dos padrões, dos incentivos e da interação entre padrões e incentivos na qualidade da informação contábil divulgado no mercado brasileiro, evidenciaram que a adoção do padrão IFRS não necessariamente aumenta a qualidade das demonstrações financeiras.

Alguns estudos internacionais também corroboram que esses achados dos pesquisadores nacionais, como por exemplo, Chen (2010) ao investigar o papel das normas internacionais de contabilidade para a qualidade dos relatórios financeiros com evidências em países da União Europeia e, Houqe *et al.* (2012) que investigaram o efeito da adoção das IFRS e a proteção de investidores sobre a qualidade do lucro ao redor do mundo, ambos argumentam que elevados padrões de qualidade, como os preconizados pelas IFRS, não produzem necessariamente, melhores informações contábeis. Martins *et al.* (2014) atribuem esses achados ao fato das empresas decidirem possuir um maior nível de transparência ou confiabilidade por meio de suas estruturas de governança corporativa, visando obter vantagens competitivas.

O presente estudo segue essa mesma linha de investigação dos estudos de Hellman (2008), Barth *et al.* (2008), Braga (2011), Santos *et al.* (2011), Martinez & Alves (2013) e Martins *et al.* (2014) que examinaram o impacto da adoção do padrão internacional de contabilidade em relação a qualidade dos números contábeis utilizando o conservadorismo contábil como medida de qualidade.

No entanto, de forma adicional aos estudos já realizados e, baseado na premissa de que as idiosincrasias de cada setor econômico podem influenciar o nível de conservadorismo dos números contábeis de forma diferente e; que as alterações dos procedimentos contábeis provocadas pela adoção das IFRS tiveram níveis de adequação distintos entre setores econômicos, uma vez que, alguns desses setores demandaram normas específicas como é o caso do setor da construção civil (com tratamento especial para as receitas e despesas) e o setor agropecuários (com seus ativos biológicos), tornou-se oportuna a análise do comportamento dos números contábeis em cada setor quando da adoção das normais internacionais de contabilidade (PAULO, 2007; BARCELLOS, SILVA; COSTA JÚNIOR, 2012; SANTIAGO, CAVALCANTE ; PAULO, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

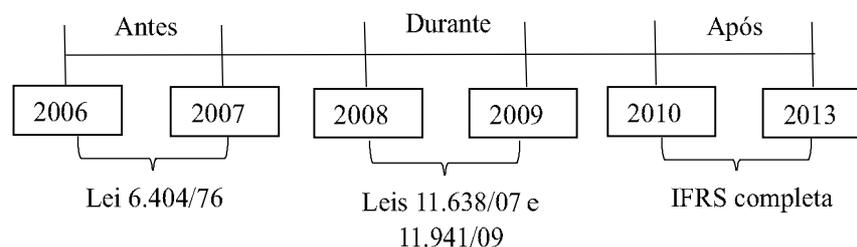
3.1 Descrição da Amostra e da Coleta de Dados

A amostra deste estudo foi composta de 153 companhias abertas, excluindo aquelas que pertencem ao setor financeiro e/ou que não possuem os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Ressalta-se que essas companhias foram analisadas a partir dos setores da economia em que se encontram classificadas, de acordo com a disposição encontrada no bando de dados da Economatica®. Desta forma, foram selecionados os seis maiores setores em números de companhias: Energia Elétrica (42); Setor Têxtil (25); Construção Civil (24); Siderurgia e Metalurgia (22); Alimentos e Bebidas (21) e Comércio (19).

O período analisado na pesquisa corresponde aos exercícios sociais de 2006 a 2013. Esse período foi escolhido com o intuito de observar o efeito da adoção das normas internacionais de contabilidade (antes da adoção, adoção inicial e adoção completa) no conservadorismo contábil. Isto é, a primeira janela temporal 2006 a 2007 equivale ao período antes da adoção das normas internacionais, tendo a Lei 6.404/76 como a principal referência societária legal. A janela de 2008 a 2009 refere-se ao período de adoção inicial que teve início com a Lei 11.638/07 com vigência a partir de 2008 e a promulgação da Lei 11.941/09. Por fim, a janela de 2010 a 2013 equivale ao período de adoção completa, uma vez que, o prazo para adoção completa das IFRS foi até 2010. Esse procedimento também foi adotado por Martinez e Alves (2013) e Martins *et al.* (2014).

Figura 1- Processo de implementação das normas internacionais de contabilidade no Brasil



Fonte: Adaptado de Martins *et al.* (2014)

Ressalta-se que não foi possível realizar uma análise estatística individualizada por setor, devido a limitação do número de empresas contidas em cada setor ao longo do período analisado, fato este considerado uma limitação da pesquisa.

3.2 Desenvolvimento das Hipóteses de Pesquisa e Descrição do Modelos e Variáveis Utilizadas

Conforme visto anteriormente, os resultados das pesquisas anteriores são inconclusivos sobre o efeito da adoção das IFRS e a qualidade das informações contábeis, em especial, o conservadorismo contábil. Por esse viés, Santos *et al.* (2010), por exemplo, evidenciaram que após a vigência da Lei nº 11.638/07 não houve efeito no grau de conservadorismo existente nas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. Martins *et al.* (2014) e Santos *et al.* (2011), por sua vez, evidenciaram em seus trabalhos que a adoção do padrão internacional de contabilidade baseado em IFRS provocou impactos sistemáticos na qualidade da informação contábil e por conseguinte nas práticas conservadoras.

Buscando contribuir para o melhor entendimento sobre essa característica da informação contábil, tem-se a primeira hipótese de pesquisa:

Hipótese 1: Os resultados reportados pelas companhias abertas brasileiras possuem comportamento conservador.

Considerando que a adoção das IFRS tem como propósito melhorar a qualidade das informações reportadas pela Contabilidade (Costa, 2012), tem-se a seguinte hipótese:

Hipótese 2: O nível de conservadorismo contido nas demonstrações contábeis sofreu alterações significativas devido a adoção das IFRS.

Por fim, partindo da premissa de que as idiossincrasias de cada setor econômico podem influenciar o nível de conservadorismo dos números contábeis de forma diferencial e; que as alterações dos procedimentos contábeis provocadas pela adoção das IFRS tiveram níveis de adequação distintos entre setores econômicos (Paulo, 2007; Barcellos *et al.*, 2012; Santiago *et al.*, 2015), tem-se a última hipótese:

Hipótese 3: A adoção do padrão IFRS afetou diferentemente o nível de conservadorismo dos resultados contábeis reportados pelas companhias nos diversos setores da economia.

Com o objetivo de investigar se existem diferenças no nível de conservadorismo contábil entre os setores da economia (Construção Civil, Siderurgia e Metalurgia, Comércio, Alimentos e Bebidas, Setor Têxtil e Energia Elétrica), observados a partir do processo de adoção das normas internacionais de contabilidade (antes, durante e após), utilizou-se o modelo descrito por Ball & Shivakumar (2005), o qual utiliza como variáveis a variação do lucro e permite identificar o nível de conservadorismo por meio da reversão dos resultados (ganhos ou perdas) contábeis. O modelo é descrito da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \Delta NI_{it} = & \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} \times D\Delta NI_{it-1} + \alpha_4 DPR \\ & + \alpha_5 DPR \times D\Delta NI_{it} + \alpha_6 DPR \times \Delta NI_{it-1} + \alpha_6 DPR \times \Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (1)$$

Em que:

ΔNI_{it} = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o ano *t* ponderada pelo valor do ativo total no início do ano *t*;

ΔNI_{it-1} = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-2* para o ano *t-1* ponderada pelo valor do ativo total no início do ano *t-1*;

$D\Delta NI_{it}$ = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o ano *t*, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 nos demais casos;

DPR = variável *dummy* para indicar se a empresa é companhia fechada, assumindo valor 1 se for companhia fechada e valor 0 se for uma companhia aberta;

ε_{it} = erro da regressão.

No modelo descrito acima, o coeficiente α_2 informa se os efeitos contábeis positivos são revestidos no próximo período, pois o adiamento do reconhecimento dos ganhos até o momento em que seu fluxo de caixa seja realizado faz com que os resultados positivos se tornem um componente persistente do lucro contábil, que tende a não reversão, sendo assim, espera-se que α_2 não seja estatisticamente significativo (BALL & SHIVAKUMAR, 2005).

Da mesma forma, os autores indicam que o coeficiente α_3 sinaliza a reversão dos resultados negativos, pois o reconhecimento oportuno das perdas econômicas resulta na redução dos resultados transitórios e, portanto, reversíveis nos períodos seguintes, cuja implicação é que $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$ para empresas abertas. Assim, o reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos implica que o coeficiente α_3 seja menor que zero.

Ball & Shivakumar (2005) partem do pressuposto que as companhias fechadas apresentam menor reconhecimento oportuno das perdas do que as companhias abertas, implicando que o coeficiente diferencial α_7 seja, significativamente, maior que 0. O reconhecimento oportuno das perdas em empresas fechadas pode ser avaliado diretamente a partir da soma dos coeficientes α_2 , α_3 e α_7 , caso negativa e significativa. Ressalta-se, também, que não existe uma predição para os coeficientes lineares (interceptores) α_0 , α_1 , α_4 e α_5 , e, bem como para o coeficiente nesse modelo (Equação 1).

A partir do modelo citado, para esta pesquisa, foram feitas adaptações no sentido de acomodar os seis setores em estudo (Construção Civil, Siderurgia e Metalurgia, Comércio, Alimentos e Bebidas, Setor Têxtil e Energia Elétrica), permitindo a análise do conservadorismo dentro de cada setor utilizando o máximo de informações. Adverte-se que uma análise isolada de cada setor em num curto período de tempo inviabilizaria a utilização da metodologia em setores de porte menor. Desta forma, tomando o setor de construção civil como referência, o modelo proposto foi descrito da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \Delta NI_{it} = & \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} \times D\Delta NI_{it} \\ & + \sum_{k=2}^6 \alpha_4^{(k)} DS_k + \sum_{k=2}^6 \alpha_5^{(k)} DS_k \times D\Delta NI_{it} + \sum_{k=2}^6 \alpha_6^{(k)} DS_k \times \Delta NI_{it-1} \\ & + \sum_{k=2}^6 \alpha_7^{(k)} DS_k \times \Delta NI_{it-1} \times D\Delta NI_{it} + \varepsilon_{it}. \end{aligned} \quad (2)$$

Em que:

ΔNI_{it} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-1 para o ano t ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t;

ΔNI_{it-1} = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-2 para o ano t-1 ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t-1;

$D\Delta NI_{it}$ = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-1 para o ano t, assumindo valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$, e 0 nos demais casos;

DS_k = variável *dummy* para indicar se a empresa pertence ao setor k, assumindo valor 1 caso pertença e valor 0 caso contrário;

$\alpha_4^{(k)}$, $\alpha_5^{(k)}$, $\alpha_6^{(k)}$ e $\alpha_7^{(k)}$ são coeficientes diferenciais associados ao setor k, descrito na Tabela 1.

Essa notação foi utilizada para facilitar as interpretações de acordo com a notação utilizada por Ball e Shivakumar (2005) na Equação 1.

ε_{it} = erro da regressão.

Os códigos utilizados para os setores na Equação 1 estão na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1- Códigos dos setores utilizados no modelo da Equação 2.

k	Setor
1	Construção Civil
2	Siderurgia & Metalúrgica
3	Comércio
4	Alimentos e Bebidas
5	Têxtil
6	Elétrico

Fonte: Elaboração Própria

A partir das estimativas dos coeficientes da Equação 2, as regressões para variação do lucro contábil nos setores podem ser derivadas facilmente, conforme a Equação 3 (construção civil).

$$\widetilde{\Delta NI}_{it} = \hat{\alpha}_0 + \hat{\alpha}_1 D\Delta NI_{it} + \hat{\alpha}_2 \Delta NI_{it-1} + \hat{\alpha}_3 \Delta NI_{it-1} \times D\Delta NI_{it-1}, \quad (3)$$

e a Equação 4 (setor $k = 2, 3, 4, 5, 6$)

$$\begin{aligned} \widetilde{\Delta NI}_{it} = & (\hat{\alpha}_0 + \hat{\alpha}_4^{(k)}) + (\hat{\alpha}_1 + \hat{\alpha}_5^{(k)}) D\Delta NI_{it} + (\hat{\alpha}_2 + \hat{\alpha}_6^{(k)}) \Delta NI_{it-1} \\ & + (\hat{\alpha}_3 + \hat{\alpha}_7^{(k)}) \Delta NI_{it-1} \times D\Delta NI_{it} \end{aligned} \quad (4)$$

O “chapéu” nos termos das Equações 3 e 4 indica que são estimativas de termos equivalentes na Equação 2. Assim, o reconhecimento oportuno das perdas mais do que ganhos pode ser avaliado para os seis setores analisados testando se as combinações lineares dos parâmetros $\alpha_2 + \alpha_3$, no caso do setor de construção civil e $\alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6^{(k)} + \alpha_7^{(k)}$ para os demais setores ($k = 2, 3, 4, 5, 6$), são negativas e estatisticamente significativas.

Os painéis nos três períodos (antes, durante e após adoção) foram desbalanceados devido a inexistência de informações para algumas empresas em alguns dos anos deste estudo. Todas as análises estatísticas foram realizadas considerando-se um nível de significância de 5%. Para avaliar os pressupostos do modelo foram conduzidos os testes (1) normalidade (Shapiro-Wilks) (2) heterocedasticidade geral (White) que não pressupõe normalidade dos resíduos do modelo e (3) inexistência de correlação serial dos erros. No caso da normalidade dos resíduos, tal pressuposto pode ser relaxado tendo em vista que os estimadores em ambas as abordagens são assintoticamente normais (Greene, 2003).

Para avaliar sua correta especificação no que diz respeito à modelagem de efeitos aleatórios ou POLS (Pooled Ordinary Least Square) realizou-se o teste de Breuch-Pagan. O modelo de efeitos fixo não foi ajustado por ser inadequado na presença de variáveis constantes no tempo. Neste estudo as variáveis *dummies* dos setores não variam entre anos e, portanto, impossibilitaram a estimação pela abordagem de efeitos fixos.

Os erros-padrão dos coeficientes de regressão devem ser corrigidos pelo método de White, na presença de heterocedasticidade residual, se o método mais eficiente for o POLS, caso contrário, o método GLS (Generalized Least Square) na abordagem de efeitos aleatórios é robusto a quebra de tal pressuposto. O teste de Breuch-Pagan indicou que a abordagem POLS foi mais adequada para o período antes e durante a adoção das IFRS e a abordagem de efeitos aleatórios após a adoção.

Além disso, espera-se que a correlação serial dos resíduos não esteja presente devido aos períodos de análise serem de dois anos para as duas primeiras janelas temporais (antes e durante a adoção das IFRS), entretanto os coeficientes foram estimados na abordagem POLS com erros-padrões comuns, robustos (White) e clusterizados que permite correlação entre as observações na mesma empresa, sendo que não houve mudança das conclusões.

Na janela de 4 anos (após a adoção das IFRS) o método GLS foi utilizado uma vez que o teste de Breuch-Pagan foi significativo e o teste de correlação serial de 1º ordem (Doornik; Hansen, 2008) não foi significativo indicando que não há indícios de autocorrelação dos erros do modelo, ambos ao nível de 5%.

A multicolinearidade entre as variáveis explicativas do modelo foi avaliada a partir do Variance Inflation Factor (VIF) a partir da estimação dos dados agrupados via (POLS) nos três períodos, e como

regra prática considerou-se a inexistência de problemas consideráveis de multicolinearidade caso seus valores fossem inferiores a 10 (Gujarati, 2011). As regressões foram estimadas pelo software STATA/SE 12.0.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados da estatística descritiva da “variação no lucro líquido contábil ponderada pelo ativo total” durante os três períodos, encontram-se na Tabela 2. Para os períodos analisados, em média houve variações positivas do lucro contábil em relação ao ano anterior, entretanto a variação média do lucro antes da adoção das IFRS foi superior e apresentou dispersão inferior (desvio-padrão) do que os demais períodos. A maior variação absoluta do lucro contábil foi observada durante a adoção chegando a -2,82% do ativo total registrado no início do exercício social.

Tabela 2- Estatística descritiva da variação do lucro contábil no ano t e t-1

Fase	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Antes	0,0112	0,1002	-0,7697	0,5579
Durante	0,0095	0,2316	-2,8183	1,0769
Após	0,0024	0,1698	-1,8062	1,1441
Geral	0,0060	0,1762	-2,8183	1,1441

Fonte: Elaboração Própria

A partir da Tabela 3, os coeficientes de correlação linear de Pearson entre a variação no lucro do ano t para t-1 (e do ano t-1 para t-2 () são apresentadas. Os testes de normalidade bivariada (Doornik & Hansen, 2008) e de normalidade univariada de Shapiro-wilks foram significativos, indicando não normalidade em todos os setores e períodos, isto impossibilita a avaliação da significância estatística destas correlações, por isso os p-valores foram omitidos.

Nota-se que, as correlações em termos absolutos reduziram entre os períodos antes e durante a adoção das IFRS, exceto nos setores de construção civil e têxtil, que apesar de baixas, sugerem comportamentos distintos nestes setores. Após a adoção completa, em relação ao período (durante), ocorreu aumento da correlação geral apenas nos setores de alimentos e bebidas e construção civil.

**Tabela 3- Correlações entre variação do lucro contábil no ano t e t-1
(e variação no lucro entre t-1 e t-2 () antes, durante e depois o período de adoção das IFRS**

Setor	Antes 2006-2007	Durante 2008-2009	Após 2010-2013
Alimentos e Bebidas	-0,2267	-0,1749	-0,5438
Comércio	-0,4145	-0,3855	-0,2324
Construção Civil	0,1426	-0,2238	-0,4383
Elétrico	-0,4991	0,0083	-0,4383
Siderurgia e Metalurgia	-0,5648	-0,1908	-0,1389
Têxtil	-0,6161	-0,8311	-0,3136
Geral	-0,4514	-0,1020	-0,3164

Nota: Testes de normalidade bivariada de Doornik-Hansen e univariada de Shapiro-Wilks foram significativos a 5%.

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a Tabela 4, as regressões estimadas nos três períodos foram significativas ao nível de 5% pelo teste F (antes e durante) e pelo teste de Wald (após a adoção). O teste de White indicou homocedasticidade dos resíduos do modelo antes e durante a adoção, entretanto, os resíduos apresentam comportamentos heterocedásticos após adoção. Neste período, como o método GLS foi adotado, a heterocedasticidade foi controlada na estimação dos coeficientes.

Rejeitou-se a hipótese de normalidade dos resíduos pelo teste de Shapiro-Wilks ao nível de 5%, entretanto conforme anteriormente mencionado, os estimadores em ambas as abordagens são assintoticamente normais.

Em todos os períodos, o R^2 ajustado foi abaixo de 70%, com a maior SSR no período após a adoção, indicando que entre os períodos considerados, o modelo na última janela estimou a variação do lucro contábil com menor precisão, entretanto ressalta-se que o objetivo do estudo é a significância estatística dos coeficientes que identificam a existência de conservadorismo e não sua interpretação, portanto, o poder preditivo do modelo é de menor interesse.

A multicolinearidade entre as variáveis explicativas foi elevada ($VIF > 10$), sugerindo que tais resultados sejam interpretados com cautela e futuros estudos com um número maior de empresas seja considerado.

Observa-se que, não há evidências de conservadorismo, ou seja, as empresas no período de 2006-2007 não reconhecem assimetricamente as perdas ainda não realizadas em relação aos ganhos, isto pode ser observado pela insignificância estatística dos coeficientes \hat{a}_2 , \hat{a}_3 e dos coeficientes diferenciais de conservadorismo nos setores estudados ($\hat{a}_7^{(k)}$, com $k = 2, 3, 4, 5, 6$).

Na fase de transição (2008-2009) conclui-se que não houve conservadorismo no setor de construção civil ($\hat{a}_2 + \hat{a}_3 = -0,5729$ que não é significativa ao nível de 5%), entretanto, o coeficiente diferencial nos setores de Alimentos e Bebidas e, Têxtil foi significativo e negativo indicando a possibilidade de práticas conservadoras. Testando estes efeitos a partir da combinação linear $\hat{a}_2 + \hat{a}_3 + \hat{a}_6^{(k)} + \hat{a}_7^{(k)}$ para ambos os setores (cujas somas foram -0,3705 e -1,5391 respectivamente), constatou-se significância estatística e negativa somente para o setor de alimentos e bebidas ao nível de 5%, evidenciando-se a existência de conservadorismo neste setor na fase de transição.

Após a adoção das IFRS, segundo os resultados do modelo proposto, o setor de construção civil não apresentou evidências de conservadorismo ($\hat{a}_2 + \hat{a}_3 = -0,4898$, não significativo). Como os coeficientes diferenciais ($\hat{a}_7^{(k)}$) dos setores de Siderurgia e Metalurgia, Comércio, Têxtil, Elétrico não são estatisticamente significativos ao nível de 5%, ou seja, apresentam o comportamento semelhante ao de construção civil, eles também não apresentam evidências de conservadorismo.

O setor de alimentos e bebidas apresentou coeficiente diferencial ($\hat{a}_7^{(6)}$) positivo e significativo, entretanto a combinação linear $\hat{a}_2 + \hat{a}_3 + \hat{a}_6^{(4)} + \hat{a}_7^{(4)} = -0,5450$ foi negativa e significativa a 5%, indicando práticas conservadoras neste setor.

Esses resultados permitem rejeitar a primeira hipótese de que os resultados reportados pelas companhias abertas possuem comportamento conservador, no período antes da adoção (2007-2008). A segunda hipótese, de que o nível de conservadorismo contido nas demonstrações contábeis sofreu alterações significativas devido a adoção das IFRS, também não pode ser confirmada para o período de adoção inicial (2008-2009), nem para o período de adoção completa (2010-2013). Já a terceira hipótese, de que a adoção do padrão IFRS afetou diferentemente o nível de conservadorismo dos resultados contábeis reportados pelas companhias nos diversos setores da economia, foi confirmada parcialmente, nos períodos de adoção parcial e adoção completa, pois somente o setor de alimentos e bebidas apresenta evidências de conservadorismo em ambos os períodos. Ficando todos os outros setores analisados, sem a evidência de conservadorismo.

Tabela 4- Resultados dos modelos estimados para o período antes, durante e após a adoção da IFRS

		2006-2007		2008-2009		2010-2013	
		Coefficiente	p-valor	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor
α_0	Constante	-0,0609 ^{ns}	0,0600	0,0443*	0,0000	0,0481*	0,0080
α_1	$D\Delta NI_{it}$	0,0485*	0,0140	-0,0971*	0,0080	-0,0652*	0,0450
α_2	ΔNI_{it-1}	-0,0865 ^{ns}	0,8210	0,1441 ^{ns}	0,1640	-0,3406 ^{ns}	0,0940
α_3	$D\Delta NI_{it} \times \Delta NI_{it-1}$	-0,0682 ^{ns}	0,9430	-0,7170 ^{ns}	0,0680	-0,1492 ^{ns}	0,7720
$\alpha_4^{(2)}$	DS_2	0,0194 ^{ns}	0,4190	0,0169 ^{ns}	0,4800	0,0392 ^{ns}	0,1520
$\alpha_4^{(3)}$	DS_3	-0,0102 ^{ns}	0,6870	0,0326 ^{ns}	0,1430	-0,0161 ^{ns}	0,5650
$\alpha_4^{(4)}$	DS_4	0,0312 ^{ns}	0,2240	0,0496 ^{ns}	0,2100	0,0127 ^{ns}	0,6550
$\alpha_4^{(5)}$	DS_5	-0,0040 ^{ns}	0,8800	0,0994*	0,0270	0,0162 ^{ns}	0,5330
$\alpha_4^{(6)}$	DS_6	-0,0215 ^{ns}	0,3390	0,0282 ^{ns}	0,4090	-0,0233 ^{ns}	0,3280
$\alpha_5^{(2)}$	$D\Delta NI_{it} \times DS_2$	-0,0520 ^{ns}	0,1900	-0,0471 ^{ns}	0,3670	-0,0435 ^{ns}	0,3370
$\alpha_5^{(3)}$	$D\Delta NI_{it} \times DS_3$	0,0205 ^{ns}	0,6750	-0,0130 ^{ns}	0,7680	0,0138 ^{ns}	0,7720
$\alpha_5^{(4)}$	$D\Delta NI_{it} \times DS_4$	-0,0409 ^{ns}	0,3450	-0,0282 ^{ns}	0,6010	-0,1435*	0,0020
$\alpha_5^{(5)}$	$D\Delta NI_{it} \times DS_5$	-0,0280 ^{ns}	0,4760	0,0393 ^{ns}	0,6220	-0,0967*	0,0260
$\alpha_5^{(6)}$	$D\Delta NI_{it} \times DS_6$	0,0243 ^{ns}	0,5290	0,0081 ^{ns}	0,8700	-0,0161 ^{ns}	0,6840
$\alpha_6^{(2)}$	$\Delta NI_{it-1} \times DS_2$	-0,0793 ^{ns}	0,8400	0,3549 ^{ns}	0,2590	0,5419*	0,0240
$\alpha_6^{(3)}$	$\Delta NI_{it-1} \times DS_3$	0,0898 ^{ns}	0,8270	-1,5555 ^{ns}	0,0540	-0,0825 ^{ns}	0,8880
$\alpha_6^{(4)}$	$\Delta NI_{it-1} \times DS_4$	0,3092 ^{ns}	0,4760	2,4175*	0,0000	-1,3830*	0,0000
$\alpha_6^{(5)}$	$\Delta NI_{it-1} \times DS_5$	-0,4506 ^{ns}	0,5070	0,1087 ^{ns}	0,8920	0,1651 ^{ns}	0,4670
$\alpha_6^{(6)}$	$\Delta NI_{it-1} \times DS_6$	0,0119 ^{ns}	0,9800	-0,1479 ^{ns}	0,1530	0,3590 ^{ns}	0,2920
$\alpha_7^{(2)}$	$D\Delta NI_{it} \times \Delta NI_{it-1} \times DS_2$	-0,8745 ^{ns}	0,3690	-0,0010 ^{ns}	0,9980	-0,3600 ^{ns}	0,5080
$\alpha_7^{(3)}$	$D\Delta NI_{it} \times \Delta NI_{it-1} \times DS_3$	-1,3708 ^{ns}	0,1800	1,8717*	0,0390	0,4758 ^{ns}	0,5940
$\alpha_7^{(4)}$	$D\Delta NI_{it} \times \Delta NI_{it-1} \times DS_4$	-0,4275 ^{ns}	0,6660	-2,2151*	0,0010	1,3278*	0,0210
$\alpha_7^{(5)}$	$D\Delta NI_{it} \times \Delta NI_{it-1} \times DS_5$	0,2865 ^{ns}	0,7970	-3,3838*	0,0050	0,1857 ^{ns}	0,7240
$\alpha_7^{(6)}$	$D\Delta NI_{it} \times \Delta NI_{it-1} \times DS_6$	-0,0546 ^{ns}	0,9570	0,3980 ^{ns}	0,3550	-0,2053 ^{ns}	0,7280
R ² ajustado		0,5126		0,6516		0,3466	
Teste F (p-valor)		0		0		0	
Teste Wald (p-valor)		-		-		0	
Breusch-Pagan (p-valor)		1		1		0	
SSR		0,9887		5,0260		10,9445	
Shapiro-wilks (p-valor)		0		0		0	
Teste White (p-valor)		0,4464		0,4978		0	
Observações		226		270		582	
Máximo VIF		6,30		11,32		12,66	

Nota: (*) significativo a 5%. SSR: *Sum Square Residuals*.

Fonte: Elaboração Própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica do mercado envolvendo diferentes grupos de interesses, os quais demandam informações contábeis específicas e de acordo com seus objetivos particulares, tem feito do conservadorismo, uma temática de pesquisa cotidiana, ao longo dos tempos. Desta forma, o presente artigo, a fim de contribuir com esses estudos teve como objetivo investigar se a adoção

das normas internacionais de contabilidade (IFRS) afetaram o nível de conservadorismo contábil de forma diferenciada entre os setores econômicos, nos quais as companhias brasileiras listadas na BM&FBovespa pertencem.

Foram investigados os seis maiores setores da economia em número de empresas, levando-se em consideração o processo de adoção do padrão internacional de contabilidade (IFRS) nos períodos antes da adoção (2006 a 2007), adoção inicial (2008 a 2009) e adoção completa (2010 a 2013).

Nesse sentido, os resultados sugerem que não existem evidências de reconhecimento oportuno das perdas no período antes da adoção das IFRS, em nenhum dos setores analisados, fato constatado pelo efeito não significativo da variação do lucro contábil do período anterior na variação negativa do lucro contábil atual, rejeitando com isso, a primeira hipótese, para esse período. Tais resultados estão em linha com os achados de Santos *et al.* (2011) e Braga (2011) que também não encontraram evidências de conservadorismo contábil em suas pesquisas.

No período de transição (2008-2009) e pós adoção das IFRS (2010-2013), apenas as empresas do setor de alimentos e bebidas sinalizaram a existência de reconhecimento oportuno das perdas, ou seja, presença de conservadorismo, corroborando com os achados de Silva (2013) e Santo *et al.* (2011) os quais demonstram evidências de conservadorismo contábil nas empresas pesquisadas. Esse resultado confirma em parte a terceira hipótese de que existem diferenças nos níveis de conservadorismo contábil nos lucros divulgados pelas empresas após adoção do padrão IFRS quando analisadas por setor, confirmando assim, o estudo de Paulo (2007) de que empresas em setores distintos devem gerar relatórios contábeis com qualidade informacional diferentes, afetando consequentemente a utilidade da informação contábil para os usuários.

Nesse estudo tornou-se difícil precisar e explorar fatores como: crise econômica e financeira, incentivos econômicos diferenciados, forma de financiamento das companhias, dentre outros, que pudessem explicar as evidências de conservadorismo no setor de alimentos e bebidas após a adoção das IFRS, assim como a ausência de conservadorismo nos resultados das empresas dos demais setores. Portanto, sugerem-se estudos futuros que possam captar e explicar esses fatores, a fim de que se entenda melhor a dinâmica do mercado e o respectivo impacto na qualidade da informação contábil.

REFERÊNCIAS

BALL, R., KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v.29, p.1-51, 2000.

_____.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and economics**, v.39, p. 83-128, 2005.

BARCELLOS, L. P.; SILVA, A. H. C.; COSTA JUNIOR, J. V. Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: uma investigação no setor de siderurgia e metalurgia. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v.14, n.54, p.4-14, 2012.

BARTH, M. E., LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v.46, 467-498, 2008.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v.24, p.3-37, 1997.

BRAGA, J. P. **Padrões Contábeis, Incentivos Econômicos e Reconhecimento Assimétrico de Perdas**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Contábeis) – Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

CHEN, H.; TANG, Q.; JIANG, Y.; LIN, Z. The Role of International Financial Reporting Standards in Accounting Quality: Evidence from the European Union. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v.21, n.3, 220-278, 2010.

COSTA, P. S. **Implicações da adoção das IFRS sobre a conformidade financeira e fiscal das companhias abertas brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012

DECKER JR., W. E.; BRUNNER, P. Summary of accounting principle differences around the world. In: CHOI, F. D. S. (Edit.). **International finance and accounting handbook**. Third edition. New Jersey: John Wiley & Sons, 2003.

DOORNIK, J. A.; HANSEN, H. An omnibus test for univariate and multivariate normality. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v.70, p. 927-939, 2008.

FARIAS, K. T. R.; FARIAS, M. R. S. Contabilidade internacional In: BROEDEL, A. L. (Org.). **Contabilidade e finanças no Brasil: estudos em homenagem a Eliseu Martins**. São Paulo: Atlas, 2012. cap.6, p.138-169.

FILIPIN, R. et al. Análise do Nível de Conservadorismo Condicional das Empresas Brasileiras Listadas na BM&FBovespa após adoção dos IFRS, **Revista Contabilidade e Controladoria**, v.4, n.2, 24-36, 2012.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HELLMAN, N. Accounting conservatism under IFRS. **Accounting in Europe**, v.5, n.2, p.71-100, 2008.

HOUQE, N. et al. The Effect of IFRS Adoption and Investor Protection on Earnings Quality Around the World. **The International Journal of Accounting**, v.47, n.3, p. 333-355, 2012.

LIMA, J. B. N. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. 2010, Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOPES, A. B. Contabilidade das companhias abertas no Brasil: uma agenda para o futuro. In: BROEDEL, A. L. (Org.). **Contabilidade e finanças no Brasil: estudos em homenagem a Eliseu Martins**. São Paulo: Atlas, 2012. cap.2, p. 23-27.

MARTINS, V. G. et al. Níveis diferenciados de governança corporativa e a qualidade da informação contábil: evidências em empresas brasileiras antes, durante e após o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. **Contexto**, v.14, n.27, p.23-42, 2014.

MARTINS, E. A contabilidade brasileira de ontem e de hoje; e a de depois. In: BROEDEL, A. L. (Org.). **Contabilidade e finanças no Brasil: estudos em homenagem a Eliseu Martins**. cap.1, p.4-22. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINEZ, A. L.; Alves, J. S. Efeito da adoção das IFRS no conservadorismo contábil de companhias brasileiras de grande porte, abertas e fechadas. **Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, v.13, jul. 2013.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade internacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____.; ANTUNES, M. T. P.; FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v.48, n.3, p. 46-60, 2008.

_____.; CARTER, D.; GIRÃO, L. F. A. P.; SOUSA, R. S. The impact of the adoption of international financial reporting standards about the quality of accounting information of the Brazilian and European public firms. **Anais do Congresso da AnpCont**. Fortaleza, CE, Brasil, v.7, jun. 2013.

RAMALINGEGOWDA, S.; YU, Yong. Institutional ownership and conservatism. **Journal of Accounting and Economics**, v.53, p.98-114, 2012.

SANTIAGO, J. S.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Análise da persistência e conservadorismo no processo de convergência internacional nas empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v.11, n.2, p.174-195, 2015.

SANTOS, L. P. G. et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.22, n.56, p. 174-188, 2011.

SHACKELFORD, D. A.; SHEVLIN, R. T. Empirical tax research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v.31, n.1-3, p.321-387, 2011.

SILVA, R. L. M. Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

WATTS, R. L. Conservatism in Accounting Part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, v.17, n.3, p. 207-221, 2003.